

V. OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS E DEPENDÊNCIAS AUTÔNOMOS E DESCENTRALIZADOS

Comissão Interamericana de Redução dos Desastres Naturais

A Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN) foi criada pela Assembléia Geral mediante a resolução AG/RES. 1682 (XXIX-O/99) para enfrentar os problemas relacionados com os desastres naturais e para servir de foro principal à Organização dos Estados Americanos (OEA) na análise deste tema em coordenação com as organizações nacionais competentes.

A resolução AG/RES. 2114 (XXXV-O/05) “Redução de desastres naturais e gestão de riscos” decidiu a criação de um órgão consultivo conjunto (OC) da Comissão de Segurança Hemisférica (CSH) e da Comissão Executiva Permanente do CIDI (CEPCIDI) com as seguintes funções principais:

- a. Trabalhar na implementação imediata das recomendações do Conselho Permanente estabelecidas nas “Recomendações da Comissão de Segurança Hemisférica sobre Redução de Desastres Naturais e Gestão de Riscos” (CP/CSH-718/05);
- b. Examinar os Estatutos do Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência (FONDEM) e do CIRDN e propor as modificações necessárias para criar uma única comissão interamericana permanente destinada a abordar os desastres naturais e outros desastres.
- c. Convocar uma reunião de organismos de preparação para casos de desastre com a participação de peritos governamentais, instituições sub-regionais do setor e peritos internacionais para intercambiar experiências e métodos de análise da vulnerabilidade e risco e do custo e benefício de investir na redução dos desastres naturais; e
- d. Desenvolver uma metodologia de financiamento orientada especificamente à prevenção de desastres naturais e à reconstrução e recuperação caso ocorram.

Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência

O Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência (FONDEM) foi criado pela Assembléia Geral mediante a resolução AG/RES. 1327 (XXV-O/95) para prestar auxílio disponível de natureza social, humanitária, material, técnica e financeira a qualquer Estado membro da Organização que esteja ameaçado ou tenha sofrido uma situação de emergência ocasionada por desastres naturais ou esteja passando pela mesma.

No período abrangido por este relatório e em resposta a diversos desastres naturais na região, a Secretaria-Geral da OEA realizou as seguintes contribuições em dólares dos Estados Unidos, provenientes deste Fundo:

2006

Bolívia	US\$30.000
Suriname	US\$10.000
Equador	US\$10.000
	US\$50.000

Centro de Estudos da Justiça das Américas

O Centro de Estudos da Justiça das Américas foi criado pela Assembléia Geral como entidade intergovernamental com autonomia técnica e operacional. Tem por objetivo promover o aperfeiçoamento dos recursos humanos, o intercâmbio de informações e outras formas de cooperação técnica, bem como o apoio aos processos de reforma e modernização dos sistemas de justiça na região.

Reforma da justiça nas Américas

- Promoção de reformas judiciais na região

Seminário Interamericano sobre Governo Judicial. Teve por objetivo iniciar uma discussão no âmbito regional sobre os aspectos compreendidos no governo e na direção das instituições judiciais, bem como sobre as alternativas institucionais mais adequadas para assumir essas atividades, analisando, para essa finalidade, as experiências existentes globais e regionais.

Quarto Seminário Interamericano sobre Gestão Judicial. Teve por objetivo analisar os avanços teóricos e as experiências inovadoras dos países da região relacionados com a formulação dos pressupostos judiciais como instrumentos estratégicos de gestão, o manejo dos recursos humanos e a geração e uso de informações para apoiar a tomada de decisões nos sistemas judiciais.

- Estudos

Relatório sobre o cumprimento dos mandatos das Cúpulas das Américas. Teve por objetivo analisar os mandatos constantes das diversas Cúpulas das Américas relacionados com reformas legislativas para o desenvolvimento e modernização do setor da justiça e seu grau de cumprimento pelos países da região.

Estudo Comparativo das Reformas Judiciais na América Latina. Teve por objetivo conhecer os resultados dos esforços envidados em países representativos da região para reformar os sistemas judiciais, com a finalidade de tirar lições úteis para apoiar o processo político após as reformas e as ações das entidades de cooperação internacional.

- Outras atividades

Assistência técnica ao sistema judicial do Haiti. Teve por objetivo prestar assistência técnica ao Governo do Haiti no melhoramento de seu sistema legal ou judicial. Nesse campo e com base nas observações da visita realizada por um representante do CEJA ao Haiti, em dezembro de 2006, serão fixadas em 2007 as principais diretrizes a serem seguidas na prestação do mencionado apoio técnico.

Assessoramento à Comissão de Estado de Justiça da República do Panamá. Teve por objetivo formular recomendações para a aplicação das 27 propostas constantes do relatório “Pacto de Estado pela Justiça” que a Comissão elaborou em 2005.

Apoio específico à reforma da justiça criminal

- Projetos piloto para o melhoramento da implementação das reformas processuais penais

Têm por objetivo fortalecer o sistema acusatório por meio da introdução da oralidade nas etapas preparatórias. Foram executados em Mar del Plata, Buenos Aires e Córdoba.

- Estudos empíricos da reforma processual penal

Atualização do Projeto de Acompanhamento: estudo, publicação e divulgação. Teve por objetivo avaliar os processos de implementação da reforma processual penal nos países não compreendidos nos estudos similares anteriormente realizados (Argentina, Bolívia, Nicarágua, Colômbia, Costa Rica, Equador, República Dominicana e Guatemala), bem como as inovações posteriores em alguns em que de fato foram abordados, mas em que houve mudanças relevantes.

Relatório sobre a Implementação do Sistema Acusatório do Estado de Nuevo León. Teve por objetivo identificar as virtudes e as deficiências da mudança de modelo processual em Nuevo León e documentá-la para divulgação em todo o México.

Estudo “Modelos de Gestão no Ministério Público para as primeiras coordenações com as polícias no âmbito da reforma processual penal. Estudo de quatro experiências em Santiago, Chile”. Teve por objetivo analisar os modelos de gestão das promotorias regionais centro, norte, sul, leste e oeste da Região Metropolitana de Santiago, Chile, implementados para as primeiras instruções dos promotores aos policiais, em virtude da vigência do novo Código Processual Penal.

A Violência de Gênero e a Reforma Processual Penal em Córdoba, Argentina. Estudo empírico que permitirá diagnosticar o progresso já alcançado na consideração de delitos, com especial atenção ao tema gênero e aos desafios que persistem nessa área.

Reforma Processual Penal e Povos Indígenas. Teve por objetivo definir em que medida a reforma processual penal foi “sensível” aos problemas apresentados pela diversidade cultural em matéria de justiça penal.

Mesa-redonda “Segurança do cidadão e reforma processual penal”. Permitiu que fossem analisados e debatidos os aspectos mais importantes da relação da reforma processual penal com a instauração da segurança do cidadão e a redução do fenômeno delituoso e a contribuição da referida reforma para essas questões, bem como encaminhar propostas de focalização e desenvolvimento do tema no Chile e outros países da região, levando em conta algumas experiências globais positivas.

- Capacitação

Programa Interamericano de Formação de Capacitadores para a Reforma Processual Penal (terceira versão). Teve por objetivo melhorar os resultados dos processos de reforma da justiça

penal na região mediante a capacitação de um grupo relevante de líderes e a realização de atividades que reproduzam essa capacitação em seus respectivos países.

A gestão do novo sistema de justiça criminal chileno. Análise e observação prática. Teve por objetivo possibilitar que as delegações estrangeiras visitantes experimentassem o desenvolvimento da reforma processual penal chilena e entendessem sua lógica e dinâmica, tanto judicial quanto administrativa, de implementação e gestão.

Curso “A gestão do novo sistema de justiça criminal chileno. Análise e observação prática”. Visita de delegação de Durango, México. Teve por objetivo transmitir conhecimentos e habilidades indispensáveis às pessoas que desempenham ou têm o potencial para desempenhar papéis de destaque na implementação de processos de reforma da justiça criminal na América Latina.

Curso “A situação da justiça nas Américas: desafios e oportunidades de acesso para as maiorias”. Teve por objetivo apresentar uma visão da situação da justiça na região e relacioná-la com a perspectiva do Banco Interamericano de Desenvolvimento e sua experiência prática no que se refere à formulação, administração e execução de programas de justiça.

Apoio específico à reforma da justiça civil

- Estudos

Têm por objetivo definir metodologias e instrumentos para avaliar a situação dos países em que tenham sido envidados esforços legislativos relevantes em matéria de identificação e pensões alimentícias, mas cujos resultados sejam pobres em virtude de problemas de funcionamento operacional dos sistemas de justiça.

- Atividades de capacitação

Seminário sobre Oralidade e Justiça Civil. Tem por objetivo transferir conhecimentos teóricos e práticos sobre um sistema de litígio arbitral na área civil.

Intercâmbio de Experiências com o EUROsocial. Tem por objetivo conhecer as experiências de reformas da justiça civil na Espanha, França e Inglaterra.

Seminário “Experiências Internacionais em Reforma da Justiça Civil”. Tem por objetivo apresentar, analisar e debater os aspectos mais relevantes da contribuição da experiência espanhola, francesa e inglesa no contexto da discussão da reforma da justiça civil no Chile.

Fortalecimento dos sistemas de informação e gestão na administração de justiça

O CEJA continuou a executar ações destinadas a melhorar a qualidade dos sistemas judiciais e a incentivar o uso da informação na tomada de decisões no setor. Prova das realizações que se vêm consolidando é a adaptação, pela Corte Suprema da Costa Rica, dos parâmetros estatísticos fixados pelo CEJA em seus manuais “Cifrar e Decifrar”. A Corte Suprema da Costa Rica

publicou uma primeira versão completa de seus indicadores judiciais com essa metodologia, com informações até o ano de 2005.

- Desenvolvimento de sistemas de informação judicial

Índice de Acessibilidade à Informação Judicial Via Internet. Segunda versão. Teve por objetivo avaliar a qualidade e o volume de informação que o Poder Judiciário e o Ministério Público dos 34 países membros da OEA publicam em suas páginas na *Web*, a fim de classificá-los de acordo com esse critério.

Estatísticas judiciais em matéria penal para a Guatemala, primeira parte. Teve por objetivo estabelecer uma linha de base para medir o impacto que o programa de melhoramento de administração da justiça penal da USAID terá na Guatemala, tomando como base o ano de 2004.

- Desenvolvimento de sistemas de gestão

O “Estudo comparado sobre gestão orçamentária e gestão administrativa de cortes e tribunais e o tratamento estatístico da informação sobre o funcionamento do sistema judicial” foi elaborado pela Secretaria de Reforma do Poder Judiciário do Brasil. Seu objetivo foi apoiar o Conselho Nacional de Justiça do Brasil (CNJ) em sua consolidação institucional e na definição de sua agenda de trabalho, mediante uma análise global das conseqüências que as diferentes decisões que a ele competem possam ter no desempenho dos tribunais e mediante uma descrição de como decisões dessa natureza são tomadas na Espanha, Portugal, México, Argentina, Colômbia e Chile.

Ação de intercâmbio “Metodologias e ferramentas para o aperfeiçoamento dos processos de registro, compilação, processamento, análise e divulgação de informação estatística”. Seu objetivo foi conhecer e adaptar metodologias e ferramentas para aperfeiçoar o ciclo de produção e utilização de informação estatística judicial, tomando como referência as experiências da Espanha e Inglaterra.

Assessoramento na formulação de um modelo integrado de justiça penal na cidade de Cuenca, Equador. Teve por objetivo formular um modelo integral de justiça penal que reúna os diferentes projetos executados até a data.

Outras atividades

- Resumo de outros cursos e *workshops* ministrados pelo CEJA

O CEJA organizou um grande número de cursos ou *workshops* a pedido de diversas instituições do setor de justiça da região. Também foi muito intensa sua presença em seminários ou congressos, organizados pelo CEJA ou em que peritos do Centro tenham participado como expositores. Somados cursos e seminários, pode-se concluir que o CEJA tomou parte em mais de 1,4 eventos por semana nos primeiros 11 meses do ano.

- Participação em conferências, seminários e outros eventos similares

Além disso, profissionais do CEJA fizeram exposições em diversos outros eventos de caráter local ou regional que, privilegiando o formato de fórum virtual, significaram uma oportunidade para a divulgação das atividades institucionais, o debate das idéias geradas no Centro e o fortalecimento das redes de contato.

- Centro de Informação Virtual e Biblioteca Virtual do CEJA

Centro de Informação Virtual do CEJA (CIV). O CIV é a plataforma virtual mediante a qual o CEJA põe à disposição da comunidade regional toda a informação que gera ou coleta, relativa aos sistemas judiciais.

Biblioteca Virtual do CEJA. Presta informações sobre os processos de reforma e modernização da justiça, no âmbito global e regional, à comunidade interessada das Américas, bem como oferece espaços para sua divulgação e intercâmbio.

- Publicações periódicas e especiais

Boletim Nexos. Oferece um resumo atualizado dos processos de reforma e modernização dos sistemas de justiça dos países da América; informa sobre os eventos nessa área e proporciona dados de serviço às pessoas e instituições envolvidas com esse tema ou nele interessadas.

Revista *Sistemas Judiciais*. Tem por objetivo promover a discussão e o intercâmbio de informações e experiências sobre o funcionamento da justiça nos países das Américas. É também um canal de divulgação dos produtos e atividades do CEJA e das redes com as quais colabora.

- Publicações do CEJA

Procuram causar impacto em públicos que às vezes não dispõem de um sistema de Internet eficiente para transferência dos estudos que se encontram disponíveis eletronicamente. No caso de alguns estudos, o CEJA dispõe de edições impressas limitadas, que também são distribuídas na região gratuitamente, mediante pagamento dos custos de remessa. Foram editadas em 2006 as publicações abaixo enumeradas.

“Manual de Defensoría Penal Pública para América Latina y el Caribe”

“Arbitraje y Mediación en las Américas”

“Desafíos del Ministerio Público Fiscal en América Latina”

“Seguridad Ciudadana Y Reforma Procesal Penal”

“Ceja en un Vistazo”

“Índice de Accesibilidad a Información Judicial en Internet”

Tribunal Administrativo

O Tribunal Administrativo (TRIBAD) foi criado em 22 de abril de 1971, mediante a resolução AG/RES. 35 (I-O/71), aprovada na nona sessão plenária da Assembléia Geral. Tem por função solucionar as controvérsias que possam surgir entre os membros do pessoal em virtude de decisões administrativas, inclusive as relativas ao Plano de Aposentadoria e Pensões da Secretaria-Geral.

No Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, o Tribunal Administrativo foi representado por seu Secretário, Reinaldo Rodríguez Gallad. Nessa ocasião, o Doutor Héctor Enrique Arce Zaconeta foi eleito por aclamação juiz desse órgão até 2012.

Em março de 2006 o Presidente do Tribunal manteve uma série de reuniões com representantes da Associação do Pessoal e do Departamento de Assessoramento Jurídico da OEA sobre o projeto de emendas ao Estatuto e ao Regulamento do Tribunal. Vinculado a esse projeto, a Secretaria elaborou um novo documento com as possíveis emendas ao Estatuto e ao Regulamento, que circulou entre os membros do Tribunal para análise, juntamente com uma série de relatórios complementares.

Em junho, o juiz Andre Surena presidiu as audiências de testemunhas do recurso 284 “Consuelo Fleming *versus* Secretário-Geral da OEA”, transmitindo posteriormente cópia das transcrições das audiências aos membros do Tribunal.

Em agosto, o Tribunal realizou seu Quinquagésimo Quarto Período Ordinário de Sessões. Tendo convocado a totalidade de seus membros, o Tribunal contou com a presença dos juízes Agustín Gordillo (Presidente), Albert Matthew (Vice-Presidente), Alma Montenegro de Fletcher e Andre Surena. Iniciado o período de sessões, os juízes Albert Matthew e Andre Surena tomaram posse em seus cargos. Na mesma oportunidade teve lugar o debate oral do recurso 284 com a presença dos juízes assistentes, de pessoal da Secretaria do Tribunal, da recorrente e dos representantes legais das partes interessadas.

Também foram considerados na referida sessão os seguintes temas: decisões aprovadas pela AG/OEA em seu Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões; o recurso 284, “Consuelo Fleming *versus* Secretário-Geral da OEA”; recurso 285, “Jorge Zambrana *versus* Secretário-Geral da OEA”; comparecimento de todos os membros do Tribunal às sessões; comemoração do trigésimo quinto aniversário do Tribunal; e emendas ao Estatuto e ao Regulamento do Tribunal. O Secretário informou sobre os resultados quantificáveis do orçamento do Tribunal em 2006 e tomou-se nota do orçamento de 2007, disposto na resolução AG/RES. 2157 (XXXV-O/05).

Os juízes também discutiram o recurso 286, “Consuelo Fleming *versus* Secretário-Geral da OEA”, relativo à solicitação de correção de erro material na sentença que encerrara o recurso 284, “Consuelo Fleming *versus* Secretário-Geral da OEA” e decidiram sobre o assunto.

Foram aprovadas em 2006 as resoluções abaixo.

- Sentença 152, aprovada no recurso 284, “Consuelo Fleming *versus* Secretário-Geral da OEA” (OEA/Ser.R, TRIBAD/SEN.152).
- Resolução 355 (LIV-O/06). Comparecimento dos seis juízes às sessões do Tribunal Administrativo.
- Resolução 356 (OAS/Ser.R, TRIBAD/RES.356). Solicitação de correção de erro material na sentença 152.

Por motivo do trigésimo quinto aniversário do Tribunal, foi realizado o seminário “*Current Issues in the Law and Practice of Internacional Administrative Tribunals*”. Esse evento contou com a presença de representantes dos tribunais administrativos da Organização Internacional do Trabalho, Conselho Europeu, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Também foram convidados os representantes da Associação do Pessoal e do Departamento de Assessoramento Jurídico da SG/OEA. Na oportunidade foi apresentado o tomo I do livro *Current Issues in the Law and Practice of Internacional Administrative Tribunals*, de que constam contribuições de vários dos presentes ao seminário.

A Secretaria colaborou com o OSIT/OEA no projeto de reestruturação e atualização da página eletrônica do Tribunal, a fim de oferecer um sistema de busca de documentos mais eficiente e efetivo que o atual.

A Secretaria, a pedido de seus membros, elaborou os relatórios abaixo mencionados.

- Mecanismo de esgotamento dos recursos internos na SG/OEA.
- Jurisprudência de tribunais administrativos internacionais sobre solicitação de correção de erros materiais.
- Situação atual do Tribunal na SG/OEA após a OE 05-13 Rev. 2.

O Secretário, além de desempenhar as funções que a ele competem, conforme o Estatuto e o Regulamento do Tribunal, atuou como Secretário Principal de Comissão no Escritório do Secretário-Geral Adjunto.

Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento

A Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (FUPAD), criada em 1962, é uma entidade privada, não-governamental e sem fins lucrativos, que atua, mediante um Acordo de Cooperação com a OEA, no apoio a programas de desenvolvimento e ajuda a vítimas de desastres naturais e crises humanitárias. O Secretário-Geral é o Presidente da Junta Diretora constituída por 25 líderes do setor privado provenientes de todo o Hemisfério. O Presidente da Fundação é o Embaixador Alexander F. Watson e o Diretor Executivo, John Sanbrailo. Todos os membros da Junta trabalham voluntariamente, servem de grupo de apoio à OEA e contribuem em dinheiro e em bens para os programas da Fundação.

A FUPAD tem por missão promover o desenvolvimento integral entre os mais necessitados da América Latina e do Caribe para “criar um Hemisfério de oportunidades para todos”. Essa tarefa se realiza por meio de alianças inovadoras com organizações privadas, públicas e sem fins lucrativos, em apoio às prioridades da OEA. Um dos objetivos mais importantes da Fundação é fortalecer a sociedade civil da região e mobilizar doações de empresas, pessoas solidárias, grupos cívicos, agências e organismos internacionais, tais como a USAID, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros. Também administra contribuições de entidades governamentais da região.

O período de março de 2005 a fevereiro de 2006 destacou-se pelas numerosas atividades desenvolvidas sob a direção do Secretário-Geral, José Miguel Insulza, e do Secretário-Geral Adjunto, Albert Ramdin. A fim de responder à maior crise humanitária do Hemisfério, a FUPAD continuou a proporcionar emprego, capacitação técnica e outros serviços a milhares de deslocados pela violência na Colômbia e a cultivadores de coca que decidiram abandonar o cultivo ilícito no país. Nos últimos cinco anos, os programas da FUPAD beneficiaram mais de 500.000 colombianos, especialmente a população afro-colombiana e as mulheres e crianças deslocadas. Nesse ano a FUPAD ampliou seu programa de ajuda aos deslocados na Colômbia, bem como seu programa de desenvolvimento alternativo em zonas cocaleiras do país, em apoio às políticas do Governo colombiano e da OEA, desse modo consolidando a democracia por meio do processo de paz. Com esses propósitos abriu nove escritórios regionais em zonas de conflito, tais como Chocó, para melhor atender às necessidades da população afro-colombiana e de outros grupos vulneráveis.

A FUPAD estendeu seu financiamento ao Haiti, para programas de desenvolvimento agrícola e rural, geração de emprego, ajuda a vítimas de desastres naturais, reconstrução de infra-estrutura e fortalecimento de organizações comunitárias, bem como para o combate ao tráfico de pessoas. Foi iniciado um programa de manejo de lixo e limpeza de ruas, com o propósito de gerar emprego em diversos bairros em conflito em Port-au-Prince, em apoio ao processo eleitoral e de estabilização democrática assessorado pela OEA. Para essa atividade utilizaram-se recursos proporcionados pela USAID e trabalhou-se com a Fundação Yéle Haiti, criada pelo famoso cantor haitiano Wyclef Jean. Também se conseguiu uma nova doação para apoiar um modelo haitiano de *community-driven development* financiado pelo Banco Mundial.

Dentre outras iniciativas da FUPAD no Haiti destaca-se a promoção de vínculos de cooperação entre organizações não-governamentais na fronteira com a República Dominicana, como meio de reduzir conflitos, proteger os direitos humanos e promover o diálogo e a paz. O Diretor da FUPAD no Haiti apoiou o Secretário-General em temas de desenvolvimento na Reunião de Doadores Internacionais em Madri, Espanha. Ademais, o Secretário-Geral Adjunto visitou o programa da FUPAD na fronteira entre o Haiti e a República Dominicana, a fim de analisar projetos.

Na Bolívia, com financiamento do Fundo Produtivo Social (FPS) do Governo e do Banco Mundial, a FUPAD garantiu financiamento a mais de 190 municípios rurais para projetos de desenvolvimento e fortalecimento institucional. Também foram ampliadas as atividades de desenvolvimento comunitário em zonas de conflito para fortalecer o processo democrático do país.

Em 2006 as doações da FUPAD chegaram a mais de US\$4,0 milhões em equipamentos médico-dentários e ferramentas para centros de capacitação técnica na Colômbia, Costa Rica, Peru, Uruguai e Venezuela, entre outros, que ajudaram organizações comunitárias a ampliar seus serviços aos beneficiários de baixa renda que não dispõem de acesso a serviços básicos. A Fundação continuou a intermediar novas doações de equipamentos médico-dentários, ferramentas para o desenvolvimento, ônibus escolares, carros de bombeiros, máquinas e equipamentos para diversos municípios da região.

A FUPAD recebeu US\$1.460.000 do Banco Mundial para a implementação de um projeto de gestão de emergências em situações de desastre, para beneficiar principalmente as vítimas das inundações de Gonaïves, Haiti. O projeto Aliança para a Gestão de Desastres, financiado pelo OFDA/USAID, foi ampliado e prorrogado, recebendo US\$440.000 a serem executados até janeiro de 2008, em El Salvador, Haiti, Honduras e República Dominicana. A Fundação mobilizou US\$85.711 para ajuda humanitária e reconstrução em virtude do impacto da atividade de ciclones e vulcões em países como a Bolívia, Equador, Guatemala e Suriname, com o apoio da OEA, da Rede Interamericana de Redução de Desastres Naturais e de doadores privados.

Em apoio à Carta Democrática Interamericana, a Fundação ampliou seus esforços por fortalecer entidades da sociedade civil em toda a região, criando vínculos com doadores privados e governamentais a fim de aprofundar os valores e práticas democráticas nas Américas. Cumpre salientar que a FUPAD obteve doações privadas para ONG na Argentina, Brasil, Honduras e Peru, entre outros países.

Também se ampliou a cooperação com grupos hispânicos e caribenhos residentes nos Estados Unidos para canalizar suas remessas comunitárias para projetos de desenvolvimento, especialmente em educação e agricultura. Com esse propósito, colaborou-se com 30 grupos latinos e caribenhos nos Estados Unidos, especialmente salvadorenhos e haitianos, obtendo-se aproximadamente US\$2,0 milhões de dólares em contribuições desses grupos e de outros doadores para projetos em seus países. Com base nos bem-sucedidos projetos *ALCANCE* e *Manos Unidas*, firmou-se uma aliança com o Banco Agrícola de El Salvador para ampliar projetos de desenvolvimento no país.

Junta de Auditores Externos

Em conformidade com a resolução AG/RES. 123 (III-O/73) da Assembléia Geral, aprovada em 14 de abril de 1973, e a resolução CP/RES. 124 do Conselho Permanente, de 10 de junho de 1975, a Junta de Auditores Externos é o órgão responsável pela auditoria externa das contas da Secretaria-Geral.

A Junta realizou sua reunião anual de 27 a 31 de março de 2006, com a finalidade de preparar o relatório sobre a auditoria externa das contas e demonstrativos financeiros da OEA referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2004, em conformidade com o artigo 129 das Normas Gerais.

Em 10 de maio de 2006, a Junta apresentou suas observações no *Relatório ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos: auditoria de contas e demonstrativos financeiros em 31 de dezembro de 2005 e 2004* (OEA/Ser.S JAE/doc.36/06). O relatório foi dividido em cinco seções: a) Comentários e recomendações para o melhoramento dos procedimentos operacionais e controles contábeis internos; b) Demonstrativos financeiros da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos; c) Demonstrativos financeiros da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento e da Fundação para as Américas; d) Demonstrativos financeiros de outras entidades e organismos relacionados com a Organização dos Estados Americanos; e) Demonstrativos financeiros do Fundo de Aposentadoria e Pensões (este último auditado pela empresa *Ernst and Young, LLP*).

Com base nos pareceres emitidos pela *SB and Company, LLC*, a empresa de auditores independentes, os demonstrativos financeiros correspondentes às entidades auditadas estão de acordo com os registros contábeis dos livros, documentos e comprovantes da Secretaria-Geral.

A Junta se reuniu com o Secretário-Geral a quem deu a conhecer os resultados da auditoria e suas recomendações, que deverão ser levados ao conhecimento da Assembléia Geral e do Conselho Permanente.

As recomendações mais significativas são descritas abaixo.

Ao Conselho Permanente:

- Conferir alta prioridade à arrecadação de cotas e definir métodos mais efetivos de incentivo ao pagamento oportuno de cotas atrasadas, de modo a reduzir o nível desses atrasos, e considerar possíveis mudanças nas exigências a serem cumpridas pelos Estados membros para o pagamento de suas cotas no início do exercício financeiro.
- Reafirmar a recomendação de que seja implementado um processo de planejamento que defina os objetivos e prioridades da OEA, de maneira a possibilitar a destinação de recursos orçamentários para o cumprimento das prioridades mais relevantes.
- Como iniciativa orçamentária estabelecer um mecanismo visível e sistemático que leve à economia de recursos.

- Considerar o uso de outras fontes de receita, inclusive a decisão de maximizar o potencial da propriedade da Junta Interamericana de Defesa, localizada na 16th Street N.W., em Washington, D.C.

À Secretaria-Geral:

- Realizar uma análise das despesas gerais, que identifique todos os custos administrativos e de supervisão incorridos para a execução de fundos específicos. O mecanismo dela decorrente deverá ser coerente no cálculo do custo correlato de cada proposta para fundos específicos.
- Proporcionar financiamento que assegure a capacitação adequada do pessoal fora da sede. Elaborar uma metodologia apropriada ao monitoramento e melhoramento dos controles internos dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros.
- Assegurar que as políticas e procedimentos de controle interno referentes ao uso das bolsas de estudo sejam os mais adequados. Além disso, a OEA deverá desenvolver e colocar em prática um procedimento que assegure o cumprimento estrito de todas as políticas internas vinculadas ao processo de seleção e aprovação das bolsas e que seja devidamente documentado.

Após o resumo da situação financeira do Fundo Ordinário, dos fundos específicos e das contribuições especiais a ela destinadas, a OEA levou em conta as iniciativas da administração da Secretaria-Geral para colocar em prática as recomendações constantes do relatório da Junta do ano anterior, bem como outros pontos de interesse da Junta.

A Junta ressaltou que a empresa de auditores independentes emitiu pareceres sem ressalvas (“pareceres limpos”), que constituem o melhor resultado possível de uma auditoria, com respeito aos seguintes demonstrativos financeiros de 2005:

- Fundo Ordinário da OEA e fundos específicos
- Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento
- Fundação para as Américas
- Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe
- Fundo Comemorativo de Beneficência Rowe
- Escritório para a Promoção da Democracia
- Junta Interamericana de Defesa
- Fundo Fiduciário de Benefícios Médicos
- Fundo de Aposentadoria e Pensões

Junta Interamericana de Defesa

A Junta Interamericana de Defesa (JID) foi instituída em 1942 para analisar e recomendar medidas para a defesa do Hemisfério. É a organização militar multilateral mais antiga do mundo. Em 15 de março de 2006, no decorrer do Trigésimo Segundo Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, foi aprovado o novo Estatuto da JID. Nele se dispõe que a Junta é uma entidade da OEA que presta assessoramento a seus programas, promove a paz e a segurança do Hemisfério, bem como a confiança entre as partes mediante vínculos de cooperação militar, além de fortalecer as relações entre civis e militares. Também supervisiona o programa acadêmico de nível superior em estudos de segurança e defesa do Colégio Interamericano de Defesa.

Conselho de Delegados da JID

Conforme o disposto no novo Estatuto, o Conselho de Delegados aprovou as regras de transição e o novo Regulamento da JID. Também foram realizadas as eleições para os cargos de Presidente (Brasil), Vice-Presidente (Guatemala), Diretor-Geral (Trinidad e Tobago), Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa (Equador) e Diretor da Subsecretaria de Serviços de Assessoramento (Chile).

Em 14 de setembro, a República do Haiti reativou sua delegação junto à JID. Nos meses de agosto e setembro, respectivamente, o Reino da Espanha e a República Popular da China formalizaram seu ingresso na Junta como Observadores Permanentes.

A JID foi representada por seu Presidente na Sétima Conferência de Ministros da Defesa das Américas, em Manágua, Nicarágua. Nessa oportunidade mantiveram-se conversações com os Ministros da Defesa, informando-lhes sobre a modernização da Junta e sua disposição de cooperar com os Estados membros e com a OEA, no âmbito do novo Estatuto. Na mesma ocasião foi aprovada uma proposta de análise da criação de um órgão permanente de acompanhamento das iniciativas da Conferência e uma moção de reconhecimento à OEA e à JID pelo excelente trabalho que realizam na área de remoção humanitária de minas.

Na sessão de 16 de outubro, a convite da Comissão de Segurança Hemisférica, o Presidente apresentou o primeiro relatório relativo ao processo de transição da Junta (CP/CSH/INF.50/06), salientando as realizações da JID e o progresso por ela alcançado (CP/CSH/SA.112/06).

Subsecretaria de Serviços de Assessoramento

Em 1º de março de 2006 foi organizado e constituído na Colômbia o Grupo de Monitores Interamericanos com a missão de apoiar o programa AICMA/OEA. O Grupo já certificou a limpeza de dois campos minados, de acordo com a resolução AG/RES. 2180 (XXXVI-O/06).

Prossegue o apoio à Missão de Assistência para a Remoção de Minas na América Central (MARMINCA). Após a certificação da Costa Rica, Honduras e Guatemala como países livres de

minas terrestres, o programa continua na Nicarágua em 2007, em cumprimento à resolução AG/RES. 2180 (XXXVI-O/06).

Mantém-se o apoio à remoção humanitária de minas no Equador e Peru com a Missão de Assistência para a Remoção de Minas na América do Sul (MARMINAS), com sede em Quito. Também se dá cumprimento ao treinamento e monitoramento das operações de limpeza na Cordilheira do Condor, conforme a resolução AG/RES. 2181 (XXXVI-O/06).

Essas missões de treinamento e monitoramento organizadas pela JID para apoiar o Programa de Remoção Humanitária de Minas da OEA são constituídas por 30 oficiais e suboficiais peritos em engenharia ou explosivos e são uma contribuição voluntária das Forças Armadas do Brasil, Chile, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Venezuela.

Segundo o disposto na resolução AG/RES. 2246 (XXXVI-O/06), no Segundo Fórum de MFCS apresentou-se à Secretaria-Geral da OEA (JID S-2903) a atualização da relação das MFCS aplicadas em 2005, relacionadas com o Hemisfério e outras regiões do mundo. Também se apresentou um estudo comparativo das MFCS dispostas nas Declarações de Santiago, San Salvador e Consenso de Miami, a fim de propor à OEA a unificação e simplificação das MFCS (JID S-2908).

A JID esteve presente na Reunião dos Estados Partes na Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais, realizada em 30 de novembro de 2006 em preparação para a Conferência dos Estados Partes que acontecerá em 2009, de acordo com o disposto na resolução CP/RES. 904 (1550/06).

A Junta também participou da Reunião sobre a Limitação de Gastos Militares e a Promoção de Maior Transparência na Aquisição de Armamentos, realizada em 1º de dezembro de 2006, de acordo com as resoluções AG/RES. 2188 (XXXVI-O/06) e CP/RES. 905 (1550/06). Na ocasião foi apresentado o estudo “A limitação dos gastos militares e a promoção de maior transparência nas aquisições de armas convencionais – síntese dos documentos existentes na OEA, ONU e outras organizações, sugestões”, encaminhado à Secretaria-Geral da OEA (JID S-2911).

Quanto à destruição de armas de fogo, munições e explosivos, a JID participou da reunião OEA/UN-LiREC para coordenar o programa no âmbito hemisférico. Solicitou-se às delegações da JID que manifestassem seu interesse em receber assistência da OEA nos processos de destruição e sua disposição de colaborar efetivamente com o programa, com apoio financeiro ou de meios. Acha-se em desenvolvimento o plano piloto do programa, cuja primeira etapa será executada na Nicarágua, conforme o disposto na resolução AG/RES. 2179 (XXXVI-O/06).

No que se refere aos Sistemas Portáteis de Defesa Aérea (MANPADS), de acordo com a resolução AG/RES. 2246 (XXXVI-O/06) fez-se uma exposição ao Conselho de Delegados sobre a ameaça que representam. Continua-se a apoiar a CSH na consideração do tema “Estratégias eficazes para reduzir a ameaça representada pelo uso de Sistemas Portáteis de Defesa Aérea (MANPADS) por atores não estatais”, na próxima reunião, a ser realizada em março de 2007.

Participou-se como expositor do “Seminário sobre o manejo de armas em custódia e destruição de arsenais”, organizado pela OEA e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, em Santiago, Chile, com o tema “Processo de armazenamento de armas e destruição de arsenais: contribuição da JID”, de acordo com a resolução AG/RES. 2179 (XXXVI-O/06).

A JID fez parte da Missão da OEA à Colômbia para apoiar a ação da MAPP e planejar a destruição de 18.000 armas de guerra e 2.500.000 munições, no âmbito do processo de paz que o governo conduz com os grupos de autodefesa que entregaram esse armamento, conforme a resolução AG/RES. 2179 (XXXVI-O/06).

Participou-se como relator do painel “Preparação, plano de contingência e assistência humanitária”, na reunião da Rede Interamericana de Redução de Desastres, na Bolívia. Foi sugerida no referido painel a participação da JID nessa organização, levando em conta sua capacidade de coordenação com as Forças Armadas dos países, em cumprimento ao disposto nas resoluções AG/RES. 2184 (XXXVI-O/06) e AG/RES. 2187 (XXXVI-O/06).

Colégio Interamericano de Defesa

O CID realizou o Décimo Quinto Curso de Altos Estudos de Defesa e Segurança Hemisférica para funcionários civis, altos oficiais militares e de segurança. Trata-se de um curso de altíssimo nível político-estratégico, não operacional, que proporciona conhecimentos sobre relações internacionais, o Sistema Interamericano, instrumentos internacionais e liderança institucional, relações cívico-militares, os meios de comunicação e as Forças Armadas, avaliação da situação mundial e hemisférica, operações de paz, desastres e emergências complexas, a arte da negociação, manejo de crises e solução de conflitos, transformação do setor de defesa, políticas de defesa e segurança, técnicas de pesquisa científica, informação estratégica e ameaças, preocupações e desafios relacionados com a segurança do Hemisfério.

Ao encerrar-se o período a que se refere este relatório haviam ingressado no Colégio 2.174 alunos de 23 países, dos quais mais de 500 alcançaram os mais altos postos militares, inclusive o cargo de Ministro da Defesa. No caso dos civis, graduados do Colégio chegaram a ocupar altos cargos de governo, inclusive a Presidência da República nos casos do Equador e do Chile.

Como aspecto relevante ressaltou-se o aumento da participação de alunos nos programas opcionais de mestrado. Até esta data 20 graduados obtiveram o grau de Mestre em Serviço Internacional da *American University* e 57, o de Mestre em Defesa e Segurança Hemisférica da *Universidad del Salvador*, Argentina.

A evolução do Plano de Estudos do CID foi recebida com satisfação pelas missões diplomáticas de vários países junto à OEA. Apresentou-se a oportunidade de planejar um curso especial de dois dias sobre o Sistema Interamericano, destinado aos diplomatas da Missão Permanente de El Salvador junto à OEA. Esse curso, no formato de projeto piloto, reflete a disposição do CID de responder de maneira proativa às solicitações de apoio dos Estados membros e outras entidades da OEA na área de educação, de acordo com a missão e as funções jurídicas da Junta Interamericana de Defesa.

O Plano de Estudos do CID considera as ameaças, preocupações e desafios relacionados com a segurança do Hemisfério, definidos pela Conferência Especial sobre Segurança, realizada no México, em 2003, e parte do geral para o particular, examinando inicialmente a situação mundial e em seguida a situação hemisférica. Ademais, concentrou-se informação antes dispersa em quatro seminários destinados a países que não podem enviar alunos ao curso anual, bem como em seminários sobre temas específicos durante as viagens de estudo.

Conta-se também com uma participação maior de civis e funcionários de segurança. A turma 46 é constituída por 53 alunos de 17 países, dos quais 12 são civis, quatro são oficiais superiores de polícias nacionais e 37, militares.

O CID renovou a certificação do plano de estudos junto ao *American Council on Education*, organização que analisa institutos de altos estudos dos Estados Unidos, o que possibilita que os que se formam sejam reconhecidos no nível de pós-graduação, 12 horas por semestre em Relações Internacionais, Política Comparativa, Comunicação Intercultural/Negociação e Estudos de Liderança, respectivamente.

Quanto à educação à distância, foram implementados dois novos cursos sobre processos interinstitucionais e sobre estratégia de segurança nacional, que se somam aos cursos em andamento sobre o Sistema Interamericano e sobre gestão de crises e solução de conflitos.

Corte Interamericana de Direitos Humanos

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) é uma instituição judicial autônoma da OEA que tem por objetivo a aplicação e interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A Corte exerce competência contenciosa e consultiva e é constituída por sete juízes eleitos a título pessoal pela Assembléia Geral.

No período a que se refere este relatório a Corte foi constituída, em ordem de precedência, pelos seguintes juízes: Sergio García Ramírez (México), Presidente; Alirio Abreu Burelli (Venezuela), Vice-Presidente; Oliver Jackman (Barbados); Antonio A. Cançado Trindade (Brasil); Cecilia Medina Quiroga (Chile); Manuel E. Ventura Robles (Costa Rica); e Diego García Sayán (Peru). O Secretário da Corte é Pablo Saavedra Alessandri (Chile) e a Secretária Adjunta, Emilia Segares Rodríguez (Costa Rica).

Atividades da Corte

- Casos contenciosos e medidas provisórias submetidos à consideração da Corte

No decorrer de 2006, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos submeteu 14 casos contenciosos e 13 solicitações de medidas provisórias à consideração da Corte.

- Períodos de sessões

A Corte proferiu seis sentenças no Septuagésimo Período Ordinário de Sessões, realizado de 30 de janeiro a 9 de fevereiro de 2006: *Caso do Massacre de Pueblo Bello* contra a Colômbia (mérito, reparações e custas), *Caso López Álvarez* contra Honduras (mérito, reparações e custas), *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa* contra o Paraguai (interpretação de sentença), *Caso Raxcacó Reyes* contra a Guatemala (interpretação de sentença), *Caso Acevedo Jaramillo e outros* (exceções preliminares, mérito, reparações e custas) e *Caso da Comunidade Moiwana* (interpretação de sentença). Também foram emitidas sete resoluções sobre medidas provisórias nos casos: *Comunidade de Paz de San José de Apartadó* com relação à Colômbia, *Haitianos e dominicanos de origem haitiana na República Dominicana* com relação à República Dominicana, *García Uribe* com relação ao México, *Comunidades do Jiguamiandó e do Curbaradó* com relação à Colômbia, *Juan Humberto Sánchez* com relação a Honduras, *Ramírez Hinestroza* com relação ao Peru e *Internado Judicial de Monagas (“La Pica”)* com relação à Venezuela. A Corte realizou ainda duas audiências públicas nos seguintes casos: *Nogueira de Carvalho* contra o Brasil (exceções preliminares, mérito, reparações e custas) e *Internado Judicial de Monagas (“La Pica”)* com relação à Venezuela (medidas provisórias). Finalmente, emitiram-se três resoluções de cumprimento de sentença nos seguintes casos: *Tribunal Constitucional* (Peru), *19 Comerciantes* (Colômbia) e *Ricardo Canese* (Paraguai).

No Vigésimo Sétimo Período Extraordinário de Sessões, realizado de 28 a 31 de março de 2006 em Brasília, Brasil, a Corte emitiu sentença no *Caso Comunidade Indígena Sawhoyamaxa* contra o Paraguai. Foram emitidas ainda duas resoluções sobre medidas provisórias nos casos *Penitenciárias de Mendoza* com relação à Argentina e *Centro Penitenciário Região Capital Yare*

I e Yare II (Penitenciária de Yare) com relação à Venezuela. A Corte realizou três audiências públicas nos seguintes casos: *Almonacid Arellano* contra o Chile (exceções preliminares, mérito, reparações e custas), *Vargas Areco* contra o Paraguai (mérito, reparações e custas) e *Penitenciárias de Mendoza* com relação à Argentina (medidas provisórias).

No Vigésimo Oitavo Período Extraordinário de Sessões, realizado de 3 a 6 de abril de 2006 em Buenos Aires, Argentina, a Corte emitiu sentença no *Caso Baldeón García* contra o Peru e uma resolução sobre medidas provisórias no *Caso das Irmãs Serrano Cruz* com relação a El Salvador. A Corte realizou duas audiências públicas nos seguintes casos: *Claude Reyes e outros* contra o Chile (mérito, reparações e custas) e *Montero Aranguren e outros* contra a Venezuela (exceções preliminares, mérito, reparações e custas).

No Vigésimo Nono Período Extraordinário de Sessões, realizado de 26 a 28 de junho de 2006 em San Salvador, El Salvador, a Corte realizou duas audiências públicas nos seguintes casos: *Penal Miguel Castro Castro* contra o Peru (mérito, reparações e custas) e *Trabalhadores demitidos do Congresso* contra o Peru (exceções preliminares, mérito, reparações e custas).

No Septuagésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões, realizado de 29 de junho a 6 de julho de 2006, a Corte proferiu três sentenças: *Caso do Massacre de Ituango* contra a Colômbia (exceções preliminares, mérito, reparações e custas), *Caso Ximenes Lopes contra o Brasil* (mérito, reparações e custas) e *Caso Montero Aranguren e outros* contra a Venezuela. Emitiram-se, ademais, dez resoluções sobre medidas provisórias nos casos: *Raxcacó Reyes* com relação à Guatemala, *Guerrero Gallucci e Martínez Barrios* com relação à Venezuela, *Crianças e Adolescentes Privados de Liberdade no “Complexo do Tatuapé” da FEBEM* com relação ao Brasil, *19 Comerciantes (Sandra Belinda Montero Fuentes e familiares, Salomón Flórez e familiares, Luis José Pundor Quintero e familiares, Ana Diva Quintero Quintero de Pundor e familiares)* com relação à Colômbia, *Ramírez Hinostroza e outros* com relação ao Peru, *Marta Colomina e Liliana Velásquez* com relação à Venezuela, *Caballero Delgado e Santana* com relação à Colômbia, *Fundação de Antropologia Forense da Guatemala* com relação à Guatemala, *Mery Naranjo e outros* com relação à Colômbia e *María Leontina Millacura Llaipén e outros* com relação à Argentina. A Corte também realizou uma audiência pública no caso *María Leontina Millacura Llaipén e outros* com relação à Argentina (medidas provisórias). Finalmente, emitiram-se quatro resoluções de cumprimento de sentença nos seguintes casos: *El Amparo* (Venezuela), *Bámaca Velásquez* (Guatemala), *“Instituto de Reeducação do Menor”* (Paraguai) e *“Cinco Pensionistas”* (Peru).

No Septuagésimo Segundo Período Ordinário de Sessões, realizado de 18 a 30 de setembro de 2006, a Corte emitiu cinco sentenças: *Caso Claude Reyes* contra o Chile (mérito, reparações e custas), *Caso Servellón García* contra Honduras (mérito, reparações e custas), *Caso Goiburú e outros* contra o Paraguai (mérito, reparações e custas), *Caso Vargas Areco* contra o Paraguai (mérito, reparações e custas) e *Caso Almonacid Arellano* contra o Chile (exceções preliminares, mérito, reparações e custas). Emitiram-se, ademais, três resoluções sobre medidas provisórias nos casos: *Mery Naranjo* com relação à Colômbia, *Gloria Giralte de García Prieto* com relação a El Salvador, *Pessoas privadas de liberdade na Penitenciária “Dr. Sebastião Martins Silveira”*, em Araraquara, São Paulo, com relação ao Brasil, *Penitenciária Urso Branco* com relação ao Brasil, *Ramírez Hinostroza e outros* com relação ao Peru e *Eloisa Barrios e outros* com relação à

Venezuela. A Corte realizou duas audiências públicas nos casos *Pessoas privadas de liberdade na Penitenciária “Dr. Sebastião Martins Silveira”*, em Araraquara, São Paulo, com relação ao Brasil (medidas provisórias) e *La Cantuta* contra o Peru (mérito, reparações e custas). Finalmente, por ocasião desse período ordinário de sessões a Corte emitiu dez resoluções sobre cumprimento de sentença nos seguintes casos: *Herrera Ulloa* (Costa Rica), *Lori Berenson Mejía* (Peru), *Huilca Tecse* (Peru), *Irmãos Gómez Paquiyauri* (Peru), *Ricardo Canese* (Paraguai), *Cesti Hurtado* (Peru), *Loayza Tamayo* (Peru), *Irmãos Serrano Cruz* (El Salvador), *Tibi* (Equador) e *Fermín Ramírez* (Guatemala), bem como duas resoluções sobre implementação de medidas provisórias nos seguintes casos: *Irmãos Gómez Paquiyauri* (Peru) e *Carlos Nieto Palma e outros* (Venezuela).

No Septuagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões, realizado de 20 de novembro a 1º de dezembro de 2006, a Corte proferiu sete sentenças: *Caso da Prisão Miguel Castro Castro* contra o Peru (mérito, reparações e custas), *Caso dos trabalhadores demitidos do Congresso* contra o Peru (exceções preliminares, mérito, reparações e custas), *Caso Acevedo Jaramillo e outros* contra o Peru (interpretação de sentença), *Caso do Massacre de Pueblo Bello* contra a Colômbia (interpretação de sentença), *Caso das meninas Yean e Bosico* contra a República Dominicana (interpretação de sentença), *Caso Nogueira Carvalho* contra o Brasil (exceções preliminares, mérito, reparações e custas) e *Caso La Cantuta* contra o Peru (mérito, reparações e custas). Também foram emitidas duas resoluções sobre medidas provisórias nos casos *Giraldo Cardona* com relação à Colômbia e *Integrantes da Equipe de Estudos Comunitários e Ação Psicossocial (ECAP) (Caso do Massacre Plan de Sánchez)* com relação à Guatemala.

No período a que se refere este relatório, a Corte aprovou decisões que continuam a contribuir para a formação e consolidação da jurisprudência interamericana em matéria de direitos humanos. Entre os pontos mais destacados da doutrina jurisprudencial deste Tribunal durante o ano de 2006 cumpre salientar, entre outros: direito à vida, integridade pessoal, liberdade pessoal, vida digna, garantias judiciais, proteção judicial, liberdade de pensamento e expressão, igualdade perante a lei, obrigação de reparar, dever de adotar disposições de direito interno, propriedade privada, reconhecimento da personalidade jurídica, direito da criança, direito de circulação e residência, proibição da escravidão e servidão, proteção da honra e da dignidade, detenções e desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais, situações e condições carcerárias, condições de detenção, direitos indígenas, terras ancestrais de comunidades indígenas, tortura e tratamento cruel, desumano e degradante, investigação da tortura, responsabilidade do Estado por atos de terceiros, deslocamento forçado de pessoas, condições de hospitalização, dever de investigar e punir os responsáveis, denegação de justiça, acesso à informação pública, impunidade, adequação da legislação interna, leis de anistia e direitos da mulher.

Nos sete períodos de sessões mencionados, foram considerados, ademais, diversos trâmites nos assuntos pendentes perante a Corte e analisados os diferentes relatórios apresentados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, pelos beneficiários ou seus representantes e pelos Estados envolvidos nos assuntos em que se tenham adotado medidas provisórias. O Tribunal também analisou os diferentes relatórios apresentados pelos Estados envolvidos e as observações apresentadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pelas vítimas ou seus representantes nos casos que se encontram na etapa de supervisão de cumprimento de sentença. A Corte considerou ainda diversos assuntos de natureza administrativa.

Escritório do Inspetor-Geral

As atividades do Escritório do Inspetor General (OIG) regem-se pelo disposto nas Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral (SG), pelas Normas Orçamentárias e Financeiras – Capítulo IX – Assessoramento, auditoria e fiscalização financeira – e pela Ordem Executiva 95-05. Essas disposições estabelecem a função de auditoria interna, que apóia o Secretário-Geral e os órgãos dirigentes, com vistas ao controle do cumprimento das responsabilidades dos diferentes níveis de administração, com relação aos programas e recursos da Secretaria-Geral. O objetivo do OIG é garantir a revisão sistemática dos procedimentos operacionais e transações financeiras tanto na sede como nos Escritórios da Secretaria- Geral nos Estados membros. O Escritório do Inspetor-Geral também se encarrega de assegurar que as políticas, regulamentos e práticas estabelecidas sejam contemplados e acatados de maneira correta, eficaz e econômica.

Auditorias

No período de 1º de março a 31 de dezembro de 2006, o Escritório do Inspetor- Geral realizou cinco auditorias de unidades e programas, além de quatorze projetos, uma avaliação e uma investigação para avaliar as operações, assegurar o cumprimento das diretrizes e procedimentos da OEA e para realizar uma revisão sistemática da contabilidade interna e dos sistemas administrativos. Na execução de suas tarefas, o Escritório concentrou-se principalmente em operações de alto risco e naquelas de maior potencial para aumentar a eficiência, eficácia e economia na Secretaria-Geral. O Escritório do Inspetor-Geral atuou com ampla liberdade e independência na execução de seu trabalho e com absoluto acesso a todas as funções, atividades, operações, registros, propriedades e funcionários da Secretaria-Geral, tanto na sede como nos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros.

Realizaram-se nesse período as atividades operacionais das auditorias na sede para avaliar os controles internos e administrativos e assegurar o cumprimento das diretrizes e dos procedimentos da OEA. O OIG analisou o Portal de Educação das Américas, a avaliação estratégica do risco do Portal de Educação das Américas e o subsídio de educação para filhos dependentes de membros do pessoal. Também foram analisadas as atividades dos Escritórios da Secretaria-Geral em Barbados e em Antígua e Barbuda para determinar se suas atividades foram executadas em conformidade com os regulamentos e procedimentos da OEA. O OIG realizou, além disso, uma avaliação com a finalidade de revisar as necessidades de pessoal do Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe e uma investigação das despesas relacionadas com o Programa de Bolsas de Estudo em 2005.

O Escritório do Inspetor-Geral avaliou quatorze projetos executados tanto na sede como nos Estados membros, a fim de assegurar a coerência com os acordos e determinar se os objetivos foram cumpridos. Os projetos auditados foram os seguintes: 1) Projeto de Comércio CARANA/ USAID; 2) Sistema de Informação de Comércio Exterior (SICE); 3) Tratado de Livre Comércio das Américas - ALCA; 4) Contribuições para a Administração e Supervisão de Projetos do Departamento de Comércio, Turismo e Competitividade; 5) Projeto de Conservação da Costa em

Antígua e Barbuda; 6) Promoção do Comércio para Cultivos e Gado Seleccionados; 7) Vinculações da Agricultura, do Turismo e do Agroturismo; 8) Participação da Mulher na Política; 9) Programa de Conscientização sobre Dislexia; 10) Fortalecimento do Setor de Turismo por meio do Estabelecimento de Vínculos com o Setor Agrícola do Caribe; 11) Plano de Administração de Praias de Barbados; 12) Intrusão de Água Salgada em Aquíferos Costeiros; 13) CDERA - Programa para a Redução do Risco de Desastres no Caribe; e 14) UWI - Programa de Mestrado em Políticas de Comércio Internacional.

Outras atividades

O Escritório do Inspetor-Geral continuou a avaliar respostas e a dar seguimento a ações corretivas com vistas a assegurar que as recomendações emitidas pelo OIG fossem efetivamente implementadas. O Escritório continuou a prestar assessoramento e assistência, por meio de análises, avaliações, investigações e recomendações, e participou como observador de várias comissões da Secretaria-Geral.

Comissão para o Fundo de Desenvolvimento Humano

A Comissão para o Fundo de Desenvolvimento Humano foi criada pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1. É constituída por uma secretaria em nível de departamento e tem como responsabilidade a administração do Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA, do Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe e do Portal de Educação das Américas.

Programa de Bolsas para Estudos Acadêmicos e Técnicos

Em 2006 a Comissão para o Fundo de Desenvolvimento Humano, por intermédio do Departamento de Desenvolvimento Humano, atendeu ao mandato da Assembléia Geral de reformular o Programa de Bolsas de Estudo da OEA. Grande parte do ano foi dedicado, por conseguinte, a analisar esses procedimentos a fim de propor terminologias e garantias diferentes para o Manual de Procedimentos do Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento, um valioso instrumento para alcançar os objetivos do Programa. Essa análise gerou outras inovações: 1) a reorganização da estrutura do Departamento para melhor administrar as mudanças previstas no Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento; 2) uma profunda revisão financeira para determinar a situação das contas e propor normas e procedimentos para centralizar a responsabilidade do controle financeiro; e 3) o desenvolvimento de um sistema automático de controle financeiro para melhorar o monitoramento das contas e a preparação de relatórios.

Como primeiro passo no processo de desenvolvimento de um sistema completamente automatizado de informação do Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento, o Departamento de Desenvolvimento Humano, com o apoio do Escritório de Serviços de Informação e Tecnologia, desenvolveu e implementou o Sistema de Informação e Banco de Dados de Gestão de Bolsas. Esse sistema permite o controle da situação financeira, a conciliação de contas e o monitoramento da execução orçamentária do Programa de Bolsas. Permite também o acompanhamento e a administração dos custos por bolsista e por programa e confere ao Departamento a capacidade de monitorar, atualizar e ajustar os custos estimados, comparando-os com estimativas de terceiros, e conciliar estimativas com gastos.

O Programa de Bolsas deu continuidade à administração dos bolsistas ativos provenientes de anos anteriores, inclusive os estudantes com bolsas concedidas em 2005, num total de US\$3.409.175 executados no ano fiscal orçado de 2006 para bolsistas dos programas de graduação e pós-graduação.

Programa de Bolsas de Estudo de Desenvolvimento Profissional

O programa de Bolsas de Estudo de Desenvolvimento Profissional oferece oportunidades de bolsa a cidadãos dos Estados membros da OEA para expandir ou atualizar seus conhecimentos nos campos de especialização relacionados com as áreas prioritárias fixadas no Plano Estratégico de Cooperação Solidária 2006-2009 do CIDI. Em 2006 foram concedidas 771 bolsas de desenvolvimento profissional oferecidas pela Argentina, Barbados, Brasil, Colômbia, Equador, Honduras, México, Peru, Trinidad e Tobago, Venezuela, Espanha, Coréia e China. Além das bolsas acima mencionadas, a Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL), o

Departamento de Comércio, Turismo e Competitividade, o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), o Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (CIESPAL), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Comissão Jurídica Interamericana, em cooperação com o Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais da OEA, ofereceram cursos de desenvolvimento profissional em telecomunicações, comércio, combate ao terrorismo e ao crime organizado transnacional, jornalismo, direitos humanos e Direito Internacional, respectivamente.

Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe

O Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe é um fundo rotativo de empréstimos a estudantes, único entre organizações internacionais. O propósito principal do Fundo é ajudar estudantes de países latino-americanos e do Caribe, membros da OEA, interessados em realizar estudos nos Estados Unidos, bem como o pessoal da SG/OEA. É administrado por uma Comissão constituída pelo Secretário-Geral e representantes de quatro Estados membros. O Departamento de Desenvolvimento Humano da SG/OEA atua como Secretaria Técnica do Fundo.

Do momento em que o Fundo foi estabelecido em 1948 até 31 de dezembro de 2006 foram concedidos 6.060 empréstimos, no total de US\$13,2 milhões, a cidadãos de países latino-americanos e do Caribe. O Fundo concedeu ainda 1.426 empréstimos, no total de US\$3,6 milhões, para estudos de membros do pessoal e seus dependentes ou para emergências. Mediante um investimento prudente numa carteira de fundos mútuos (selecionada pela Comissão por recomendação de uma firma consultora de investimentos, que por sua vez monitora esses fundos), o Fundo Rowe passou da contribuição inicial de US\$623.605 recebidos em maio de 1952 para US\$13,8 milhões de ativos líquidos em fins de dezembro de 2006, com uma carteira de US\$1.679.318.

A Secretaria Técnica realizou as seguintes atividades em 2006.

- Campanha promocional de massa para aumentar o número de solicitações de empréstimo recebidas.
- Implementação de um plano estratégico para o Fundo Rowe no novo Departamento de Desenvolvimento Humano.
- Divulgação de informações do Fundo a instituições de empréstimos para estudantes, universidades e instituições acadêmicas da região e contatos com vários sócios da APICE e NAFSA.

A viabilidade financeira do programa do Fundo Rowe depende principalmente do retorno de seus investimentos financeiros e do êxito obtido no pagamento dos empréstimos concedidos. Uma área que continua a melhorar é a da redução da taxa de morosidade e dos empréstimos incobráveis. O investimento financeiro do Fundo Rowe teve anos bons e ruins, em consequência de flutuações da bolsa, mas cresceu em termos líquidos e espera-se que se possa continuar a expandir o programa de empréstimos para estudos.

Portal de Educação das Américas

O objetivo principal do Portal de Educação das Américas é promover a formação e a capacitação de recursos humanos nas Américas mediante a aplicação de novas tecnologias da informação e das comunicações. O uso das tecnologias da informação para oferecer capacitação contribui para reduzir amplamente os custos, bem como para eliminar as barreiras do tempo e do espaço.

Em 2006, o Portal desenvolveu atividades por intermédio da Aula Virtual, sua plataforma técnica educativa, oferecendo oportunidades de desenvolvimento profissional individualizadas, interativas, de alta qualidade e baixo custo. Esse ambiente de aprendizagem contribuiu para que fossem capacitados mais de 1.600 profissionais da região no decorrer de um ano.

Nesse período, as principais atividades foram: i) oferta de 19 cursos à distância por meio da Aula Virtual em inglês, espanhol e português, abrangendo temas como educação básica, governo eletrônico, ciência e tecnologia, ética e estratégias para o ensino da matemática; ii) preparação e desenvolvimento de quatro novos cursos à distância sobre temas tais como energia solar, qualidade nas pequenas e médias empresas, escassez de água segura e metrologia; iii) alianças com instituições governamentais, universidades, centros de excelência e unidades especializadas da OEA para oferecer programas de formação a distância; iv) divulgação de informações sobre 4.500 programas e cursos de aproximadamente 1.500 universidades credenciadas de toda a região por intermédio de um banco de dados que permite a busca de informações; v) distribuição, por meio da biblioteca virtual, de quase 100 revistas e monografias gratuitas, entre elas a *Educación*, a coleção INTERAMER, a *Revista Interamericana de Bibliografía* (RIB) e a série “Tendências para um futuro comum”; vi) desenvolvimento e manutenção da infra-estrutura necessária para promover reuniões virtuais, salas de diálogo e fóruns; e vii) elaboração e divulgação de seções editoriais e de boletins mensais.

No âmbito dos mandatos definidos pelos órgãos dirigentes quanto à formação de recursos humanos por intermédio do Portal, os serviços são oferecidos mediante uma tarifa mínima destinada à recuperação parcial de gastos. Em 2006, o Portal contribuiu para a formação, atualização e capacitação de 1.662 profissionais da região (ver Anexo F, quadro 4). Por sua vez, desde seu lançamento, em setembro de 2001, o Portal recebeu 380 milhões de acessos provenientes de mais de 200 países. Em 2006, a média mensal foi de 3,3 milhões de acessos e 1.005 novos usuários registrados (Anexo F, quadro 5).

Comissão Interamericana de Telecomunicações

A CITEI, criada pela Assembleia Geral em 1994, goza de autonomia técnica no desempenho de suas funções, nos limites estabelecidos na Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), em seu Estatuto e nos mandatos da Assembleia Geral. Sua missão é facilitar e promover o desenvolvimento contínuo das telecomunicações no Hemisfério.

Numerosas mudanças ocorreram nos últimos anos no ambiente das telecomunicações e das tecnologias da informação e das comunicações (TIC), todas elas com intensas repercussões para os membros da CITEI. Podemos destacar, em especial, a convergência das telecomunicações; a Internet e os meios de divulgação de conteúdos audiovisuais; o contínuo crescimento do uso da Internet; o desenvolvimento acelerado das redes de comunicação sem fio, fixas e móveis; e a progressiva liberalização dos mercados, especialmente nos países em desenvolvimento, com a respectiva necessidade de políticas e regulamentação.

A Quarta Reunião Ordinária da Assembleia da CITEI, realizada em fevereiro de 2006 em San José, Costa Rica, possibilitou a revisão de sua estrutura, a fim de responder de maneira mais eficiente ao ambiente mutável do setor. A Assembleia também escolheu os presidentes das Comissões de Consulta Permanentes e os Estados membros que constituirão a Comissão Diretora Permanente. Mediante a elaboração de um plano estratégico dinâmico e eficaz prosseguirá o permanente intercâmbio de experiências, informações e conhecimentos entre os governos e o setor privado com vistas à obtenção de um desenvolvimento harmônico das telecomunicações na região.

Reconhecendo que as telecomunicações e em especial a conectividade desempenham um papel estratégico e essencial no desenvolvimento político, econômico, social e cultural da sociedade, e levando em conta a importância de se dispor anualmente de informações atualizadas sobre a situação das TIC, seu impacto e aspectos regulatórios, a CITEI preparou em 2006 um primeiro relatório sobre a situação da conectividade nas Américas. Esse relatório revelou o grande progresso alcançado nos últimos anos na redução do desnível existente entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento quanto ao acesso aos serviços básicos de telecomunicações e Internet. No entanto, também mostrou que outra lacuna vem-se abrindo, referente ao acesso a serviços avançados tais como Internet de alta velocidade e serviços móveis de terceira geração e posteriores, o que levou a que se conferisse prioridade aos trabalhos da segunda fase da Agenda de Conectividade para as Américas, mediante a elaboração de um plano detalhado que é alimentado pelo trabalho realizado no âmbito das Comissões Consultivas.

Dada a rápida inovação tecnológica, a CITEI enfrenta o desafio permanente da capacitação de pessoal em telecomunicações. Por esse motivo, em 2006 foram oferecidos 22 cursos (16 cursos à distância e seis cursos presenciais) sobre política, regulamentação, gestão e tecnologia de telecomunicações. Para esses cursos foram concedidas 265 bolsas de estudo a participantes de 28 países da região. A CITEI dispõe de 17 centros regionais de capacitação e coordena seus trabalhos com o Centro de Excelência para as Américas, da União Internacional de Telecomunicações (UIT).

No âmbito das tecnologias de telecomunicações foram aprovadas recomendações sobre transceptores para linha de usuário digital de velocidade muito alta (VDSL2), sistemas de transmissão de segunda geração para os serviços interativos de televisão por cabo – modems de cabo para protocolo Internet e especificação da versão 6 do Protocolo Internet (IPv6). Acham-se em andamento, entre outros, estudos para a transição para as redes de próxima geração (RPG), o que inclui a análise das normas e das infra-estruturas de redes necessárias para oferecer suporte à prestação de serviços de voz, dados e multimeios aos usuários finais por meio de redes seguras e de alto rendimento, independentemente da hora e do lugar; desenvolvimento e implementação de serviços de IP; interoperabilidade de redes de telecomunicações tradicionais e em evolução; e modalidades de fraude e acessos não autorizados aos serviços.

No que diz respeito a considerações de política e regulamentação, foram iniciados diversos estudos dentre os quais destacam-se os seguintes: políticas governamentais e experiências na gestão dos ccTLD e de blocos de endereço IP; custos e tarifas do setor das telecomunicações; princípios regulatórios comuns de contabilidade aplicáveis aos serviços de telecomunicações (fixo e móvel); aspectos econômicos da utilização de redes elétricas (PLC) para a prestação de serviços de telecomunicações; prestação de serviços de telecomunicações a pessoas com capacidade limitada; estudo sobre SPAM, portabilidade de números; tecnologias de banda larga; modelos de custos dos serviços de telecomunicações; considerações de segurança relacionadas com o desenvolvimento de redes de comunicação para definir os assuntos e enfoques comuns; e estudo de modelos no âmbito regional para a dimensão das redes num ambiente de convergência.

Na esfera das radiocomunicações prosseguiram os trabalhos de definição da atual situação do uso de frequências radioelétricas com vistas a sua harmonização. Nesse contexto foram aprovadas em 2006 recomendações sobre: utilização da faixa de 4940-4990 MHz para a proteção pública e socorro em caso de desastres; uso de sistemas sem fio e suas faixas correlatas, em operação comercial, para acesso universal em zonas rurais e de baixa densidade populacional; uso alternativo da faixa 698-806 MHz nas Américas para sistemas sem fio avançados e aplicações de proteção pública e de ajuda em desastres; e tecnologia de identificação por frequências radioelétricas (RFID). Acham-se em andamento estudos sobre: medição da interferência do AM-IBOC no serviço analógico, rede radioelétrica de área local (RLAN) na faixa de 5 GHz a bordo de aeronaves; mudança da faixa de 700 MHz; sistemas de acesso sem fio de banda larga (BWA) e dispositivos de potência muito baixa.

Com o objetivo de facilitar a distribuição de serviços de satélite, foram aprovadas diretrizes gerais para a concessão de licenças de redes de sistemas móveis mundiais de comunicações pessoais (GMPCS), procedimentos a serem utilizados na autorização de estações terrestres a bordo de barcos (ESV) e métodos de localização de interferências prejudiciais de transmissões não autorizadas a redes de satélite.

Foi distribuído um CD com informações compiladas em vários organismos, administrações da região e outras regiões sobre aspectos técnicos e regulatórios relativos aos efeitos das emissões eletromagnéticas não ionizantes. Vem sendo preparado um DVD de que constarão informações atualizadas do *workshop* sobre esse tema, realizado no Peru em 19 de junho, bem como dos resultados do evento. Um segundo *workshop* está programado para 16 de abril de 2007 em El Salvador.

Foram atualizados: os portfólios técnicos sobre redes de próxima geração e aspectos econômicos do serviço universal; o Guia de Implementação da Televisão Terrestre Digital; o banco de dados sobre a situação regulatória atual dos sistemas de satélite da região e sobre o estágio de implementação da Agenda de Conectividade.

Uma das atividades essenciais da CITEI no período a que se refere este relatório foi a apresentação de 61 propostas comuns acordadas na Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações (CMDT) (Catar, março de 2006) e na Conferência de Plenipotenciários da UIT (Turquia, novembro de 2006). A preparação dessas reuniões possibilitou que se fortalecesse a posição regional no contexto internacional e simultaneamente conseguiu que os interesses das Américas fossem considerados nos programas de desenvolvimento, estratégias de trabalho e futura gestão da UIT.

Acham-se em fase final de preparação os 30 temas da ordem do dia da Conferência Mundial de Radiocomunicações (CMR) de 2007, da UIT. Já foram aprovadas várias propostas interamericanas, número que será aumentado nas duas próximas reuniões da CCP.II. A CMR-07 considerará aspectos fundamentais de novas técnicas de modulação e de compartilhamento de espectro.

Fortaleceu-se em 2006 o permanente intercâmbio de experiências, melhores práticas e informações com a finalidade de contribuir para a consecução dos objetivos de acesso às telecomunicações. Cumpre salientar em especial os *workshops* sobre: interconexão e redes de próxima geração; políticas de atribuição de endereços IPv6 e aspectos técnicos e regulatórios relativos aos efeitos das emissões eletromagnéticas não ionizantes. Também prosseguiu a divulgação do boletim eletrônico mensal “info@CITEI”. Até dezembro de 2006 haviam sido publicados 241 artigos e 197 notícias dos países. Também a coordenação e a cooperação com outros organismos foram fortalecidas, mantendo-se 16 acordos de cooperação em temas de interesse comum para aumentar a eficiência das partes.

As grandes diferenças, nos Estados membros e entre eles, no que se refere tanto à distribuição das infra-estruturas de telecomunicações/TIC quanto à capacidade de usá-las no acesso à informação torna essencial que se dê rápido andamento aos trabalhos da Comissão.

Comissão Interamericana de Portos

A Comissão Interamericana de Portos (CIP) tem por finalidade servir de foro interamericano permanente dos Estados membros da OEA para o fortalecimento da cooperação na área do desenvolvimento do setor portuário, com a efetiva participação e colaboração do setor privado. Seus principais objetivos são fortalecer o diálogo interamericano, capacitar e prestar cooperação técnica e divulgar e promover os portos do Hemisfério.

Fortalecimento do diálogo portuário interamericano

A CIP constitui a única instância de diálogo entre as mais altas autoridades governamentais portuárias das Américas, o que é fundamental para o encaminhamento do cumprimento dos mandatos da Assembléia Geral, da Cúpula das Américas e de outros foros do setor no âmbito hemisférico. Para esse efeito a Secretaria organizou e promoveu a primeira Reunião Extraordinária da CIP (Algeciras, Espanha, maio de 2006), com o objetivo de colaborar no fortalecimento das relações portuárias e comerciais entre as Américas e a Espanha, promover o diálogo nesse setor e oferecer oportunidades para a exploração de negócios e investimentos no setor portuário dos países.

Foi realizada a Oitava Reunião do Comitê Executivo da CIP (CECIP) (Guayaquil, junho de 2006), no decorrer da qual se comemorou o quinquagésimo aniversário da participação da OEA em assuntos portuários do Hemisfério. Na mesma ocasião reuniram-se os quatro Comitês Técnicos Consultivos (CTC): Operações Portuárias, Segurança Portuária, Proteção Ambiental e Controle da Navegação.

A Primeira Reunião Extraordinária do CECIP, levada a efeito em Puerto La Cruz, em outubro de 2006, teve por objetivo principal avaliar o cumprimento dos planos de trabalho do ano em curso dos seguintes subcomitês: Política e Coordenação; Planejamento e Gestão Portuária; Estatística, Custos e Tarifas; Desenvolvimento de Portos para Cruzeiros de Turismo; Desenvolvimento de Portos Fluviais e Lacustres; Treinamento; Desenvolvimento Portuário Regional e Participação da Mulher nos Assuntos Portuários do Hemisfério.

Também em Puerto La Cruz foi realizada a Segunda Conferência Hemisférica sobre Proteção Portuária (outubro de 2006) com o propósito de intercambiar experiências sobre proteção portuária e incentivar planos de capacitação para a execução de programas nessa área.

Capacitação, assistência técnica e cooperação regional e internacional

Foram desenvolvidas as seguintes atividades, destinadas a promover a modernização e o desenvolvimento dos portos do Hemisfério.

- Capacitação

É a atividade prioritária de cooperação da CIP. A Secretaria colaborou na organização e execução das seguintes atividades de formação: Seminário Internacional sobre Planejamento e

Desenvolvimento Portuário: Visão Européia (Guatemala, março de 2006); Seminário Ferroportuário: Portos e Estradas de Ferro (Cartagena, julho de 2006); Curso sobre Gestão de Portos para Cruzeiros (Barbados, setembro de 2006); Sétimo Curso Ibero-Americano sobre Tecnologia, Operações e Gestão Ambiental Portuária (Santander, setembro de 2006); Seminário sobre o Sistema Portuário e o Desenvolvimento Nacional (Lima, outubro de 2006); Décimo Primeiro Curso Ibero-Americano de Gestão Portuária (Madri, outubro de 2006); Seminário sobre a Ampliação do Canal do Panamá: Impacto Econômico nos Países da Região (Santiago, novembro de 2006).

Foram oferecidas duas bolsas de estudo no Mestrado em Gestão Portuária e Transporte Intermodal 2006-2007, organizado pela Universidade Comillas de Madri e patrocinado pela Fundação Portuária de Valência, Espanha (Feports). Finalmente, concederam-se dez bolsas a portuários que pretendam obter o certificado do Programa de Gerência Portuária “PPM Latino”, organizado pela Associação Americana de Autoridades Portuárias (AAPA). No período de que se trata, cerca de 500 funcionários e executivos portuários dos países membros foram capacitados nessas atividades promovidas pela Secretaria da CIP.

- Assistência técnica especializada

Prestou-se assistência técnica na execução do projeto sobre portos, alfândegas e comércio na República Dominicana. A CIP também assessorou a organização e participou de eventos portuários na Argentina, Guatemala, Peru e Venezuela.

- Cooperação para o desenvolvimento

Nessa área atuou-se em três dimensões: (i) promovendo o “Acordo de Cooperação e Assistência Mútua entre as Autoridades Portuárias Interamericanas”, que a Secretaria continuou a divulgar e promover, e que, até esta data, foi assinado por 19 países membros e ratificado por quatro deles (Argentina, Equador, México e Peru); (ii) fortalecendo as relações e a cooperação bilaterais com outros organismos internacionais com relação à atividade portuária, a fim de conjugar esforços e iniciar atividades conjuntas, com menores custos e maior impacto. Nesse sentido, foram elaborados os programas de trabalho anuais com as organizações com as quais haviam sido assinados acordos e memorandos de entendimento, todos concluídos integralmente, especialmente com a Associação Americana de Autoridades Portuárias (AAPA), a Associação de Navegação Internacional (PIANC), Seção dos Estados Unidos, e o Órgão Público de Portos do Estado da Espanha. Além disso, assinou-se o memorando de entendimento sobre cooperação com a Associação para a Colaboração entre Portos e Cidades (RETE), em Algeciras, em maio de 2006; e (iii) colaborando na execução de atividades e projetos de interesse recíproco com organizações portuárias e marítimas, nacionais e internacionais, a fim de ampliar a cobertura de ação na área portuária. Colaborou-se especialmente, entre outros, com a Associação Internacional de Cidades e Portos (AIVP), Banco Mundial, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Comissão Centro-Americana de Transporte Marítimo (COCATRAM), Comunidade Andina de Nações (CAN), Instituto Ibero-Americano de Direito Marítimo (IIDM), Organização Marítima Internacional (OMI), Organização Mundial de Alfândegas (OMA) e Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

Divulgação e promoção dos portos das Américas

A Secretaria produziu e divulgou informações sobre os principais portos dos países membros e sobre as atividades da CIP da seguinte maneira: (i) publicou e distribuiu mundialmente três números da *Revista CIP*, como meio informativo e promocional dos portos do Hemisfério, de suas políticas e processos de desenvolvimento; (ii) divulgou e promoveu os portos do Hemisfério mediante o portal da CIP (www.oas.org/cip), boletins eletrônicos, periódicos e outros meios escritos (relatórios, estudos, documentos, folhetos, etc.); e (iii) finalmente, comemorou e divulgou o quinquagésimo aniversário da participação da OEA na área portuária nas Américas mediante a realização de atos festivos nos diversos eventos realizados no ano e da publicação de panfletos e concessões de reconhecimento.